



JUNTA DE FREGUESIA DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO

AVISO

Procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho por via do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários (Referência A)

1 - Nos termos da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro (doravante designada de PREVP), conjugados com a Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 06 de abril, na sua redação atual (doravante designada por Portaria), e na sequência da deliberação de Órgão Executivo da Freguesia de Alverca do Ribatejo e Sobralinho a 15 de fevereiro de 2018, torna-se público que se encontra aberto pelo período de 10 dias úteis, a contar da data de publicação do presente aviso na Bolsa de Emprego Público, o procedimento concursal para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira e categoria de Assistente Operacional, na modalidade de vínculo de emprego público por tempo indeterminado. O posto de trabalho encontra-se previsto no mapa de pessoal da Freguesia para o ano de 2018.

2 - Posto de trabalho, carreira/categoria, número e caracterização:

2.1. – Número de postos de trabalho: 1 (um);

2.2. – Carreira/categoria: Assistente Operacional/ Assistente Operacional;

2.3 - Caracterização:

- Executar os serviços cemiteriais (inumações, exumações e trasladações);
- Efetuar a limpeza, manutenção do cemitério e zonas envolventes, incluindo a remoção do lixo;
- Executar outros trabalhos similares ou complementares, de caráter manual, exigindo, principalmente, esforço físico, e conhecimentos práticos;
- Manusear equipamentos, ferramentas e utensílios manuais ou elétricos, necessários à execução dos trabalhos e proceder à sua arrumação, limpeza e manutenção;
- Utilizar o Equipamento de Proteção Individual (EPI) necessário à execução das tarefas de sua responsabilidade;
- Prestar apoio nas atividades dinamizadas pela Freguesia;
- Praticar as tarefas enquadradas no conteúdo funcional da carreira/categoria em questão.

3- Posicionamento remuneratório: de acordo com o artigo 12.º do PREVP, a retribuição mínima mensal garantida.

4 - Requisitos de admissão: os previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (doravante designada de LTFP) e nos artigos 2.º e 3.º do PREVP.

4.1- Nível habilitacional exigido, de acordo com os artigos 34.º e 86.º da LTFP: escolaridade mínima obrigatória, de acordo com a idade, ou seja, aos nascidos até 31/12/1966 é exigida a 4.ª classe; aos nascidos após 01/01/1967 é exigida a 6.ª classe ou 6.º ano de escolaridade e aos nascidos após 01/01/1981 é exigido o 9.º ano de escolaridade (sem prejuízo de eventuais situações já existentes e enquadráveis no âmbito do previsto na Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto — 12 anos de escolaridade). O nível habilitacional exigido em função da idade não é passível de ser substituído por experiência em funções similares e equiparadas, nos termos do n.º 2 do artigo 34.º do anexo da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho.

5 - Formalização de candidaturas: será efetuada através do preenchimento de formulário próprio, aprovado pelo Despacho n.º 11321/2009, de 08 de maio, disponibilizado em suporte papel na sede da Freguesia e na sua página eletrónica (<http://www.jf-alvercasobralinho.pt/>).

5.1 - A entrega da candidatura poderá ser efetuada:

- Pessoalmente em Rua Dr. Miguel Bombarda, n.º 23, 2615-125 Alverca do Ribatejo, das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00 Horas, sendo emitido recibo da data de entrada ou através de contacto de e-mail (preferencialmente), para o endereço: geral@jf-alvercasobralinho.pt.

5.2 - Documentos que devem acompanhar a candidatura:

- a) Documento comprovativo das habilitações literárias (para os candidatos abrangidos pela Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, o documento comprovativo das habilitações literárias deve atestar a conclusão da escolaridade obrigatória);
- b) Comprovativos emitidos por entidades acreditadas das ações de formação relacionadas com as atribuições/competências/atividades do posto de trabalho ao qual se candidata, com a indicação precisa do número de horas ou dias;
- c) Comprovativos de todas as experiências profissionais relacionadas com as atribuições/competências/atividades do posto de trabalho ao qual se candidata, com a indicação precisa das funções desempenhadas e do tempo de serviço;
- d) Currículo profissional, datado e assinado, assim como todos os comprovativos dos factos nele constantes, que digam respeito à atribuição/competência/atividade do posto de trabalho ao qual se candidata.

5.3 - A falta de apresentação dos documentos legalmente exigidos implica a exclusão dos candidatos, nos termos do n.º 9 do artigo 28.º do anexo da Portaria.

5.4 - As falsas declarações prestadas pelos candidatos serão punidas por lei.

5.5 - Assiste ao júri a faculdade de exigir a qualquer candidato, em caso de dúvida sobre a situação que descreve no seu currículo, a apresentação de elementos comprovativos das suas declarações.

6 - Prazo de candidatura: 10 dias úteis a contar da data de publicação do presente aviso em Bolsa de Emprego Público.

7 - Nos termos do n.º 6 do artigo 10.º do PREVP o método de seleção será a Avaliação Curricular. No caso de existir mais de um opositor no recrutamento para o mesmo posto de trabalho, é ainda aplicável a Entrevista Profissional de Seleção.

8 - Descrição dos métodos de avaliação:

8.1 - Avaliação Curricular (AC): a aplicação da AC será efetuada nos termos do artigo 11.º da Portaria e visa analisar a qualificação dos candidatos, designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida, e o tipo de funções exercidas.

8.1.1 - Na AC serão considerados e ponderados, numa escala de 0 a 20 valores e valorados até às centésimas, os seguintes parâmetros: habilitações académicas (HA), formação profissional (FP) e experiência profissional (EP). A nota final da avaliação curricular é calculada pela seguinte fórmula: $AC = 0,20 HA + 0,25 FP + 0,55 EP$.

8.1.2 - Nas Habilitações Académicas (HA): consideram-se as habilitações académicas ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes.

8.1.3 - Na Formação Profissional (FP): neste parâmetro, apenas serão considerados os cursos de formação que se encontrem devidamente comprovados e que incidam sobre as atribuições/competências/atividades específicas para que é aberto o presente procedimento.

8.1.4 - Na Experiência Profissional (EP): a experiência profissional refere-se ao desempenho efetivo de funções na área para a qual é aberto o presente procedimento. Só será contabilizado como tempo de experiência profissional o correspondente ao desenvolvimento de atribuições/competências/atividades idênticas ao posto de trabalho a ocupar, que se encontre devidamente comprovado.

9 - Entrevista Profissional de Seleção (EPS): este método de seleção visa avaliar, de forma objetiva e sistemática, a experiência profissional e aspetos comportamentais evidenciados durante a interação estabelecida entre o entrevistador e o entrevistado, nomeadamente os relacionados com a capacidade de comunicação e de relacionamento interpessoal.

Este método será valorado segundo os níveis classificativos de Elevado, Bom, Suficiente, Reduzido e Insuficiente, aos quais correspondem, respetivamente, as classificações de 20, 16, 12, 8 e 4 valores.

10 - Classificação final (CF) obtida após aplicação dos métodos de seleção:

10.1 - Para os candidatos que realizem o método de avaliação AC, a CF será calculada através da seguinte fórmula: $CF = AC$

10.2 - Para os candidatos que realizem os métodos de avaliação AC e EPS, a CF será calculada através da seguinte fórmula: $CF = (AC \times 0,70) + (EPS \times 0,30)$

11 - A valoração final dos candidatos expressa-se numa escala de 0 a 20 valores, em resultado da média aritmética ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada método de seleção.

12 - São motivos de exclusão do presente procedimento os seguintes:

- a) O incumprimento dos requisitos mencionados neste aviso, sem prejuízo dos demais legal ou regularmente previstos;
- b) A obtenção de uma valoração inferior a 9,5 valores na avaliação curricular;
- c) A não comparência à entrevista profissional de seleção (quando aplicável);
- d) A obtenção de uma valoração final inferior a 9,5 valores, quando haja lugar à aplicação dos dois métodos de seleção, resultado do emprego da fórmula do ponto 10.2 do presente aviso.

13 - Notificação e exclusão dos candidatos:

13.1 - Os candidatos serão notificados e/ ou convocados para a realização dos métodos de seleção, por uma das formas previstas no n.º 4 do artigo 10.º do PREVP.

13.2- De acordo com o preceituado no n.º 1 do artigo 30.º do anexo da Portaria, os candidatos excluídos serão notificados por uma das formas previstas n.º 4 do artigo 10.º do PREVP, para a realização da audiência de interessados nos termos do Código de Procedimento Administrativo.

14- O júri do presente procedimento concursal será o seguinte:

Presidente: António Carlos Fernandes da Fonseca Dias, Vogal na União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho;

1.º Vogal Efetivo: João Paulo Silvestre da Silva, Encarregado Geral na União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, que substituirá a Presidente nas suas faltas e impedimentos;

2.º Vogal Efetivo: João Luís Leal Cordeiro, Encarregado Operacional na União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho;

1.º Vogal Suplente: Olívia Cristina Pinto Magalhães, Encarregada Operacional na União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho;

2.º Vogal Suplente: Joaquim José Cunha Carreira, Vogal na União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho.

15 - As atas do júri, onde constam os parâmetros de avaliação dos métodos de seleção, a grelha classificativa e o sistema de valoração final serão facultadas aos candidatos sempre que solicitado, por escrito, nos termos da alínea j) do n.º 2 do artigo 22.º da Portaria.

16 - Aquando da ordenação dos candidatos, e caso existam situações de igualdade de valoração, aplicar-se-á o disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º da Portaria: em função da valoração obtida no primeiro método utilizado.

16.1 - Subsistindo o empate, em substituição da alínea b) do n.º 2 do artigo 35.º da Portaria, os critérios por ordem são:

- a) Maior período de experiência nas funções iguais às do posto de trabalho;
- b) Ser titular de carta de condução.

17 - A lista unitária de ordenação final, após homologação, será afixada em local visível e público das instalações da sede da Freguesia, na respetiva eletrónica (<http://www.jf-alvercasobralinho.pt/>), em edital e sendo ainda publicado um aviso na 2.ª série do Diário da República com informação sobre a sua publicitação.

18 - Nos termos do n.º 4 do artigo 10.º da PREVP, o presente aviso é publicado na Bolsa de Emprego Público (www.bep.gov.pt), na respetiva página eletrónica (<http://www.jf-alvercasobralinho.pt/>), e em edital afixado nos locais de estilo.

Alverca, 20 de abril de 2018 – O Presidente da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, Carlos Gonçalves